## **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ATA 15** 

1 2

3

4

5

6 7

8

9

11 12

13

14

15

16 17

18

19

21

22

23

27

28 29

31

32

33

35

36

37

38 39

40

41

42

43

45

47 48

49

51

DATA: 07/07/2011

O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às 18h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado na Avenida Loureiro da Silva, nº 325, reuniuse, em sessão ordinária do Plenário, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. No uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis 8080, de setembro de 1990, 8142/90, de dezembro de 1990, pelo Decreto Lei 277/92, de maio de 1992, pela Lei 10 Orgânica do Município de Porto Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão ordinária do Plenário do dia sete de julho de 2011, presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Ábdon Medeiros Filho, Adriane da Silva, Carlos Eugênio Schuch Colvara, Carlos Henrique Casartelli, Dianira Correa da Conceição, Doralice Mello dos Santos, Elen Maria Borba, Flavio Becco, Gilmar Campos, Hamilton Pessoa Farias, Heverson Luis Vilar da Cunha, Ione Terezinha Nichele, Lisia Hausen Gabe, Lúcia Bublescki Silveira, Maria Encarnacion Morales, Maria Ivone Dill, Marizete Figueredo Rodrigues, Milton Santos, Mirian Weber, Mirtha da Rosa Zenker, Mônica Ellwanger Leyser, Luiz Antonio Mattia, Nesioli dos Santos, Paulo Goulart dos Santos, Rejane Haidrich, Ricardo Freitas Piovesan, Roberta Alvarenga 20 Reis, Sandra Helena Gomes Silva, Sônia Cleonice Bonifácio, Tânia Ledi da Luz Ruchisque. Conselheiros Suplentes Presentes: Alberto Moura Terres, na Maria Araujo Cirne, Christiane Nunes de Freitas, Gabriel Antonio Vigne, Gláucio Rodrigues, Liciane Hampe Filho, Marcelo Bosio, Maria Noelci Teixeira. 1) Abertura. 2) Apreciação da Ata 24 12/2011. Está em votação a Ata 12/2011. Alguma manifestação sobre a Ata 12/2011? (Pausa.) Os (as) conselheiros (as) que aprovam a Ata 12/2011 se manifestem levantando 25 o crachá. (Pausa) 13 votos a favor. Os (as) conselheiros (as) que não a aprovam se 26 manifestem levantando o crachá. (Pausa) Nenhum voto contrário. Abstenções? 02 abstenções. APROVADA a ata 12/2011. Faltas Justificadas: José Antônio da Silva, Roger dos Santos Rosa, Salete Camerini, Clarissa Bassin, Adriana Rojas, Jairo Tessari, 30 Gláucia Fontoura, Palmira Marques Fontoura, Maria Letícia de Oliveira Garcia e Olir Citolin. 3) Pareceres. Parecer 26/11 - Plano de Aplicação 24ª Etapa Programa Nota **Solidária – Hospital Espírita.** (Lê parecer.) Algum esclarecimentos? Em votação. Os(as) conselheiros(as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 19 votos a 34 favor. Os (as) conselheiros (as) que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Nenhum voto contrário. Abstenções? 01 abstenção. APROVADO o Plano de Aplicação 24ª Etapa Programa Nota Solidária - Hospital Espírita. Parecer 27/11 -Plano de Aplicação 25ª Etapa Programa Nota Solidária - Hospital Espírita. (Lê parecer.) Algum esclarecimentos? Em votação. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 19 votos a favor. Os (as) conselheiros (as) que não a aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Nenhum voto contrário. Abstenções? 01 abstenção. APROVADA o Plano de Aplicação 25ª Etapa Programa Nota Solidária - Hospital Espírita. Como os representantes do Hospital Parque Belém ainda não chegaram, vamos passar aos informes. Com a palavra a primeira conselheira 44 inscrita. 4) Informes. A SRA. MARIA ENCARNACION MORALES (Conselho Distrital de Saúde Leste): Boa-noite. Quero perguntar de novo, porque vou fazer como alguém daqui 46 faz, ou seja, pergunta toda a semana, sobre o Aciclovir da rede, que até agora não sabemos, por que desde fevereiro não veio ainda? Quero saber também sobre a nova remume, porque está todo mundo perdidão e não sabemos o que veio do Estado para o Município. É isso. O SR. GILMAR CAMPOS (Conselho Distrital de Saúde Lomba do 50 Pinheiro): O próprio coordenador, o Rui, deu uma entrevista e ficamos sabendo o que ele disse. Ainda não tive tempo de conversar com ele. Mas a comunidade me procurou,

porque na semana passada tivemos uma queda de luz, pois um carro bateu no poste. Descobrimos que o nosso posto de atendimento não tem gerador. Tiveram que transferir o pessoal que estava no posto de atendimento para a PUC. Acho que precisamos de um pouquinho de compreensão. Porque precisamos arrumar aquilo lá. Primeiro, temos que ter um gerador. Chega uma pessoa lá para ser atendida e falta luz, daí como é que fica? O gerador que temos lá não tem capacidade suficiente. O próprio coordenador Rui deu uma entrevista dizendo que tiveram que remover as pessoas por falta de luz. Então, é difícil, é complicado! O SR. GABRIEL ANTÔNIO VIGNE (Conselho Distrital Noroeste): Sr. Secretário, nós recebemos ontem uma informação de que o Banco de Olhos estará, a partir de amanhã, reformando uma área para atuar. Isto não passou pelo Conselho, o que é um problema. Pensamos que todas as coisas devem cruzar pelo Conselho, mas as coisas vão acontecendo sem passar por aqui. Eu gostaria de saber de alguma coisa a respeito. Obrigado. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): Enquanto a Rejane se aproxima, eu dou o primeiro informe da Mesa: haverá reunião temática da saúde do OP na segunda-feira, dia 11 de julho, às 19h30min, no prédio da SMA, na rua Siqueira Campo, 1300, no 14º andar. A SRA. REJANE HAIDRICH: Boa-noite a todos. Gostaria de saber do Secretário quais são os postos que estão com a vacina da gripe na nossa Região Norte e na Eixo. E também guero saber se o Município vai repassar ao GHC estas vacinas ou vai ser diferente. Obrigada. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): Mais algum informe? (Pausa.) Tem a palavra o Sr. Secretário. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Boa-noite a todos. Temos a nova remume, mas vou deixar que a Cristiane responda, porque é ela quem está vendo isso. A Lomba do Pinheiro tem gerador. Também fiquei sabendo pelo rádio que o posto estava fechado, porque faltou luz na Lomba do Pinheiro. Como o sistema de telefonia não funciona, como é no nosso caso, que é por uma Central, tivemos que mandar alguém até a Lomba do Pinheiro para saber por que o posto estava fechado, se havia dado alguma pane ou não no gerador. Simplesmente não havia luz, porque o gerador não foi ligado. O gerador não é automático. Já solicitamos a compra de um gerador novo, mas está em processo de compra. Há gerador no posto, mas as pessoas que lá trabalham não ligaram o gerador. Então, deslocamos alguém daqui para lá para verificar o que estava havendo. A pessoa que foi lá verificou que simplesmente não haviam ligado o gerador. Foi ligado então. Infelizmente houve isso. Algumas pessoas alegaram que não sabiam, mas foi dado treinamento para todo mundo. Para ligar o gerador não há nenhum mistério. Mesmo os geradores automáticos têm duas formas de entrada. É o caso do HPV, que têm dois geradores automáticos agora. Eles entram em operação automaticamente quando falta luz. Eventualmente, por algum problema qualquer, eles não entram, então, a pessoa vai lá e liga no manual. O da Lomba do Pinheiro é apenas manual. A equipe da Lomba não ligou o gerador e estamos tomando as providências sobre isso. Portanto, gerador há, não foi ligado pela equipe que lá trabalha. Teve que sair alguém dagui para ir lá e chegando lá ligou o gerador. Estamos tomando as devidas providências para recapacitar todo mundo, porque, na verdade, todos já estavam capacitados para ligarem o gerador. Quanto ao Banco de Olhos quero reafirmar que isso me foi trazido há algum tempo. Nós estávamos assinando a contratualização com o Banco de Olhos para atender. Na verdade, isso é uma substituição às consultas que eram feitas pelo Hospital Petrópolis, que não tinha o credenciamento, mas estendemos o atendimento pelo Sistema Único de Saúde. E para mim estava tudo bem. Eu realmente acho que o projeto é bom. Não temos condições de oferecer 400 a 800 consultas, que é o que eles vão oferecer, por mês, para novas consultas. Conversando com a Nanda, cerca de uma semana atrás, eu também me dei conta, pois eles sabem que tem que passar pelo Conselho, mas por algum equívoco não passou pelo Conselho Distrital nem pelo Conselho Municipal de Saúde. Assim que eu me

52 53

54

55

56 57

58

59 60

61 62

63

64

65

66 67

68 69

70

71 72

73

74

75

76 77

78

79

80

81

82 83

84

85

86

87 88

89

90

91

92

93

94 95

96 97

98

99

100

dei conta disso, liguei para ela, confirmei que não havia passado. Ela disse que foi discutido em algum momento no Conselho Distrital, mas o que está sendo lá instalado não foi discutido. Então, vai ser apresentado na próxima reunião do Conselho Distrital; ela já colocou na pauta. O Banco de Olhos vai apresentar no Conselho Distrital. Passando no Distrital, eles vão nos mandar o projeto e vamos encaminhá-lo ao Conselho Municipal de Saúde. Realmente houve um erro de encaminhamento. Peço desculpa, mas houve um erro. Agora, neste momento vai depender da aprovação dos Conselhos, porque não passou pelos Conselhos. Como me trouxeram tudo pronto, eu achava que havia passado, porque esta é uma rotina que as pessoas sabem que têm que seguir. Esta plenária quem pediu fui eu. Ela me disse a data da plenária e era muito longe, e eu disse que era para ela conseguir uma plenária extraordinária, porque não podemos perder muito tempo com isso. Então, pedi que ela tentasse uma extraordinária para discutir no Conselho Distrital. Se aprovado no Conselho Distrital, vem para o gestor e o gestor encaminha para o Conselho Municipal de Saúde. Há uma outra falha que ocorreu, temos que ser bem claros: a Secretaria contratualizou também dentro desta cota, que era do Hospital Petrópolis, com o Hospital Porto Alegre. Eu estava confirmando com o Oscar. Também não passou por aqui. Vamos ter que ver. Vai ter que passar por aqui e ser discutido, porque é também outra falha. Vamos ter que discutir. Mas houve realmente uma falha, porque tem que passar. Eu concordo que tem que passar. A equipe falhou. Vou fazer uma reunião com o GHC para deixar claro isso. Os contratos têm que passar por aqui. O Banco de Olhos já está contratualizado, mas igual vamos mandar para vocês. E o Banco de Olhos lá não está funcionando. Só vai começar a funcionar depois da aprovação. Se conseguirmos aprovar até 1º de agosto, ótimo. Senão vai se retardar o início do funcionamento. O projeto não é ruim. Nós não temos condições de ofertar o que eles estão oferecendo. Começa com 400 consultas por mês, chega a um total de 800 novas consultas com alguns procedimentos feitos no próprio IAPI. Se os procedimentos não puderem ser feitos no IAPI, vão ser agendados diretamente no Hospital Banco de Olhos. O serviço é bom, a Secretaria não tem como fazer isso hoje, e é para toda a Cidade. Acho que vai ser aprovado, mas houve um erro. Quero pedir desculpas, porque realmente falhou a Secretaria de Saúde. Eu vou deixar que a Cristiane responda a questão do Aciclovir e da remume, e sobre as unidades que estão com a vacina da gripe que chegou sexta-feira e eu não sei como foi distribuída na Vigilância. A SRA. CRISTIANE NUNES (Coordenadora Municipal da Rede de Atenção a Básica): Em relação ao Aciclovir, ele está incluído na nossa nova lista, na nossa remume. O Secretário já autorizou, está aqui. Está com a gráfica. Está incluída a posição do Aciclovir comprimido 200 mg. A distribuição vai ser na Farmácia Distrital. Nós já compramos o medicamento, já há estoque. Todos estes medicamentos que incluímos já foram comprados. Só não colocamos nas Farmácias Distritais ainda, porque não publicizamos. No momento em que publicarmos a lista, vai estar para distribuição imediata, mas já foi comprada. A partir do instante em que for publicado no livro, que é este aqui que está na minha mão, que está na gráfica, vamos fazer uma lista mais simplificada para chegar mais rápido para todo mundo via e-mail, via malote para todos os profissionais. E o livro vai circular. Vocês vão ganhar também um livro. Inicialmente, recebemos dez mil doses das vacinas da gripe que distribuímos em duas unidades por gerência num determinado quantitativo, porque não sabíamos se íamos receber mais ou menos. Então, dentro destas dez mil doses, recebemos e dividimos entre duas unidades maiores e melhor acesso em cada Gerência. Agora recebemos mais dez mil. Então, estamos mantendo as mesmas unidades que estávamos assinando antes. São duas unidades maiores por Gerência que vão continuar vacinando, mas não é para vacinar todo mundo. Estas vacinas seguem o protocolo: são crianças, gestantes, puérperas e motrizes, adultos jovens, doenças crônicas, idosos e trabalhadores. Então, é aquela população alvo. O Ministério sugeriu, assim como o Estado, que se comprovasse a

103 104

105

106

107

108

109

110 111

112

113

114

115

116 117

118

119

120

121 122

123

124

125

126

127128

129

130

131

132

133

134135

136

137

138

139 140

141 142

143

144

145

146

147148

149

150

151

doença crônica, e nós pedimos que não houvesse esta necessidade, pois isso geraria uma consulta. Ou seja, dez mil consultas, não teríamos como ofertar. Por isso, acreditamos que se a pessoa chega dizendo que é portadora de uma doença crônica, usa uma medicação e a faixa etária é correspondente, ela vai receber a vacinação sem nenhuma restrição. Portanto, estas unidades estão vacinando. Eu posso passar para vocês. Está no site da Secretaria, está no site da Vigilância. Posso me esquecer de alguma, mas posso repetir para vocês agui. No Centro, é o Modelo e o Santa Marta, na Partenon/Lomba, é a Panorama e a Bananeiras, na Glória/Cruzeiro/Cristal, é a Glória e Ambulatório Básico, na Leste é Chácara e o Ambulatório da Bom Jesus, na Norte/Eixo, é Assis Brasil, e acho que é Rubem Berta ou Passo das Pedras, não sei dizer ao certo, na Noroeste/Humaitá/Ilhas, é Navegantes e IAPI, na Sul/Centro-Sul, é na Tristeza e Camaquã, na Restinga, é Macedônia e Restinga. Não foram distribuídas para o GHC. Cada região tem estas duas, no GHC não. Não há território, conselheiros. Então, todas as pessoas devem se dirigir a estas unidades. Quem faz parte das Unidades do Conceição dirige-se às unidades maiores da sua região. Isso é para todo mundo. Todas as Farmácias Distritais e todos os hospitais e emergências estão distribuindo. As Farmácias Distritais estão distribuindo no horário de atendimento, os Pronto-Atendimentos estão distribuindo todas as medicações, mediante receita, em qualquer horário. Principalmente os pacientes vindos de outras entidades, como as privadas onde não há, estes medicamentos estão sendo distribuídos nos próprios Pronto-Atendimentos à noite, no final de semana. Na Vila dos Comerciários, a Farmácia Distrital funciona durante o dia, no final de semana. E também os hospitais privados estão tendo estoque para distribuir para as suas próprias emergências. Há duas semanas tivemos um problema no Hospital Moinhos de Vento, porque havia muito paciente para o uso e eles utilizaram o nosso estoque. Pegaram uma grande quantidade de doses e levaram para o hospital para poderem distribuir na emergência. Temos bastante, e as Farmácias Distritais estão repondo o estoque. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Nós temos que seguir a recomendação, porque quem determina o grupo de vacinação é o Ministério da Saúde. Nós já extrapolamos. Na primeira fase da campanha, eu determinei que Porto Alegre incluísse os crônicos, e acabamos incluindo. Começou a haver orientações em sentido contrário do próprio Estado. A União não se importou. Eu havia conversado com o Ministro Padilha, e ele me disse que a decisão era local. Então, eu havia determinado. Na realidade, faltou vacina. Não foi culpa de ninguém. O parque mundial não conseguiu vacinas em quantidade suficiente, por isso faltou vacinas. Tanto que estas cem mil doses que chegaram ao Rio Grande do Sul, que são poucas para o estado inteiro, são H1N1 apenas, só tem um vírus que é o H1N1, e são vacinas que sobraram no ano passado no Estado do Pará e vieram para o Rio Grande do Sul. São vacinas bem armazenadas. O Ministério avaliou se estavam em condições de uso. Como o vírus H1N1 não sofreu grande mutação ou não sofreu mutação, a vacina está em condições de uso. Mas é só para H1N1 e o Ministério manteve os mesmos critérios. Então, infelizmente, não havia vacina para todo mundo, os critérios são do Ministério. Nós, em Porto Alegre, já incluímos os crônicos na primeira fase da vacinação, com muita crítica em relação a isso. Eu continuo achando que o que fizemos era correto, até porque não nos disseram que havia vacina em quantidade insuficiente. Tanto que Porto Alegre fez todas as vacinas que havia e ficou em 80% da meta. E fez todas que tinha para fazer. Então, quer dizer que não tinha como atingir a meta. Agora chegaram mais cem mil. Vinte mil para Porto Alegre vai ser pouco, ainda mais agora que as pessoas estão um pouco mais assustadas pelos casos que ocorreram. Vinte mil vão ser insuficientes. A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde): É sobre uma informação que veio ao Conselho. Uma usuária ligou para o Conselho dizendo que recebeu, não sei se mais alguém passou por esta situação, uma ligação telefônica, uma gravação - ela não sabia

154

155

156157

158159

160

161

162163

164

165

166

167168

169

170171

172

173

174

175

176

177

178179

180

181

182

183

184 185

186

187 188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198 199

200

201202

203

de quem era, achou que era até da Secretaria Municipal, por isso ligou para o Conselho – dizendo que era para fazer a vacina no posto mais próximo da sua casa. Ela ligou para cá para saber sobre isso. Eu disse que não sabia se havia em todos os postos, mas dei o endereço da Gerência para ela ligar e ela não me deu mais retorno. Preocupa-me isso, porque agora o senhor falou e confirmou que não é em todas as unidades que estão fazendo as vacinas, como não poderia ser mesmo. Não sei se é o Ministério, se é o Estado, mas estão fazendo algum tipo de campanha por telefone para as pessoas. Ela me disse que era uma gravação que dizia o seguinte: "Você precisa se cuidar. Faça a vacina no posto mais próximo da sua casa." Eu achei muito estranho. A Secretaria, com certeza, não ia fazer isso. A usuária estava confusa, mas como a informação é diferente, ninguém poderia estar fazendo este tipo de campanha, a não ser a própria Secretaria Municipal. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): Prosseguindo os nossos informes, quero registrar que o Conselho Distrital Noroeste entregou ontem ao Conselho Municipal de Saúde a sua proposta de regimento eleitoral. Vou pedir ao Denis que dê o informe sobre a eleição do Conselho Distrital Centro, depois vou abrir um pequeno informe sobre a Conferência Municipal de Saúde. O SR. DENIS DA SILVA FRAGA (CDS Centro): O informe que tenho para dar é a respeito da posse do CDS Centro. No dia 12, na terca-feira, às 18h30min, todos estão convidados para estarem aqui conosco, neste mesmo auditório, na posse do Conselho Distrital Centro. Ficou como coordenador deste conselho Nauber Vasquez da Silva e como vice-coordenadora, Liane de Araújo. Ficou como conselheiro titular do segmento usuário Denis, que sou eu quem vos falo, e como suplente a Liane de Araújo; como titular 2, o Nauber Vasquez da Silva, e como suplente, Oscar Paniz: como titular dos trabalhadores ficou Sandra Regina Coradini, e como suplente, Fátima Carlos, como gestor da Gerência Distrital Centro, a odontóloga Cristina Klein. Estamos pedindo a gentileza, vamos fazer no final da apresentação da posse um encontro amigável, para que cada um traga um prato de salgado, o que mais lhe agrade, porque a bebida é por nossa conta. Obrigado. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): O Conselho recebeu do Gabinete do Secretário o Ofício 1102, que trata do seguinte: "Prezada Coordenadora, conforme lei 1102, de 6 de abril de 2011, seus artigos 13 e 15, estabelecem a composição do Conselho Curador e Conselho Fiscal do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família – IMESF. Com base na legislação, vimos solicitar a indicação de dois membros titulares e dois membros suplentes para compor a estrutura do Conselho Curador e um membro titular e um membro suplente para compor o Conselho Fiscal. Ressaltamos que, conforme o parágrafo 1º do artigo 15 da mesma lei, os indicados para o Conselho Fiscal precisam ser obrigatoriamente pessoas naturais, residentes no país e diplomadas em curso de nível superior. Atenciosamente, Carlos Henrique Casartteli. Secretário Municipal A SRA. IONE TEREZINHA NICHELE (Conselho Distrital de Saúde Noroeste): Quando chegou este ofício no Núcleo de Coordenação, nós discutimos e achamos que é uma situação bastante incoerente. Porque, em primeiro lugar, o Instituto foi amplamente discutido no Conselho e não aprovamos este Instituto. Em segundo lugar, como fazer parte de um Conselho Curador, que é gestão, se nós somos Conselho Municipal e controle social, se temos que fiscalizar as ações do gestor, como fazer parte desse Conselho? Em terceiro lugar, ao Conselho Curador, estão-se solicitando dois titulares e dois suplentes chamados em audiência pública, e nós não temos competência para isso. O Conselho deve chamar uma audiência pública e nesta audiência fazer esta escolha. O Conselho não tem competência para chamar uma audiência pública. Outro inconveniente: o Conselho Fiscal seria um titular e um suplente com curso superior, sendo que o prefeito, tendo os seus motivos, poderia, mesmo sendo escolhido em uma audiência pública pelo Conselho e tudo mais, exonerar a pessoa se houver alguma inconveniência. Mas ficamos nos perguntando se é o Conselho quem escolhe, como é que ele vai lá e

205

206

207208

209

210

211

212

213214

215

216217

218

219220

221222

223

224

225

226

227

228

229

230231

232

233

234

235236

237

238

239

240

241

242

243244

245

246

247248

249250

251

252

253

254

tira? Então, é bastante incoerente. É uma preocupação. Não sabemos como é que fica isso. Mas a nossa posição, enquanto Conselho de Coordenação, é de não fazermos parte deste Conselho Curador. A SRA. MÔNICA ELWANGER LEYSER (Sindicato dos Enfermeiros): Da mesma maneira que a representante do Núcleo, nós já tínhamos conhecimento deste documento. Enquanto Sindicato dos enfermeiros, fizemos a discussão na diretoria e a opinião fecha com a posição do Conselho de que, uma vez que votamos contra o projeto, que somos contra o projeto, neste momento, não podemos ser coniventes com que ele siga e aceitemos. Esta é a posição do Sindicato dos Enfermeiros. O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional do Serviço Social): Também é a respeito disso. Obviamente que este projeto é um projeto do governo. E nós, como éramos contrários, não fomos consultados para ver se o Conselho aceitava fazer parte ou não. Então, isso foi uma imposição do Executivo de nos colocar neste Conselho Curador do IMESF. Eu quero sugerir aqui, como informe, que se abra uma pauta no Conselho para se fazer um debate e que o Conselho tenha uma posição oficial se vamos integrar ou não. Abre-se uma pauta. Caso contrário, fica apenas no informe e o dito pelo não dito. Nós temos que ter uma posição do Conselho votada no plenário. O SR. HUMBERTO SCORZA (Usuário da Glória): Eu não sou conselheiro, mas temos a trajetória de um tempo. Uma coisa que tem que se ter neste Conselho é coerência. Se este Conselho votou contra este projeto, como é que vai poder participar agora? Acho que as coisas têm que ser bem estudadas, bem vistas. Quer dizer, ninguém pediu para se fizesse isso. Fizeram. Então, vamos manter coerência. Coerência é uma coisa que dá credibilidade e credibilidade não se bota fora. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): A proposta do Terres está encaminhada. Inclusive, Dona Ione, havíamos falado em trazer para a plenária este assunto. Então, vamos encaminhar esta proposta. Alguém quer manifestar-se sobre a Conferência? O SR. HÉVERSON LUIS VILLAR DA CUNHA (Conselho Distrital de Saúde Restinga): Boa-noite a todos. A Conferência apresentou para nós uma metodologia nova. Então, temos que ver as coisas novas com um olhar não desconfiado. Eu quero dizer que a minha proposta, proposta que apresentei e defendi lá na pré-conferência, era de fazer uma pressão no Município e no Estado para assinarem o pacto de gestão, porque sabemos que há muita confusão por causa disso. O próprio palestrante não conseguiu responder a pergunta que fiz para ele, que era esta de forçar a barra para que o gestor municipal e o estadual assinassem o pacto de gestão. Eu tive um voto só lá na minha região, lá no meu distrito. Mas aí, quando colocaram aquelas placas e deram dez votos para as pessoas, ou seja, a senhora vota em quem a senhora quiser, a senhora escolhe quem quiser, mas a coisa não vai andar se o estado e o município não assinarem o pacto de gestão. Resumo. Quando terminou a Conferência, eu era o 27º na lista, com uma proposta simplesinha, para meter pressão na panela e na gestão, que têm, sim, que assinarem o pacto de gestão, o estado e o município com a União. Obrigado. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): Casualmente está entrando esta pauta hoje aqui. O SR. HUMBERTO SCORZA (Usuário da Glória): Eu quero é trazer elogios. Esta Conferência fez muito bem a sua parte, deixando de lado as novidades. E, como bem disse o Héverson, elas têm que ser vistas como são feitas, por isso, quero dar os parabéns. Ela foi muito bem feita, muito bem organizada. A abertura, acho que foi uma coisa que dificilmente nós vamos esquecer. A presença daquela turma toda foi genial, os músicos da orquestra Vila Lobos. No mais, quero dizer que os palestrantes foram bons. Parabéns à Comissão Organizadora! Parabéns ao Secretário também, porque ele tem sido sempre presente, desde o início, em tudo o que é Conferência e outros eventos do controle social. Acho que isso foi bom. Nós crescemos, cresce a democracia e também crescem as diferenças. A SRA. JOANA OLÍVIA FERNANDES (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde): Eu sou recémchegada agui no Conselho, e na Conferência Municipal de Saúde, é a primeira vez. Mas já

256

257

258259

260

261

262

263264

265

266

267

268

269

270271

272273

274

275

276

277

278

279

280 281

282 283

284

285286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300 301

302303

304

305

participei de várias conferências, inclusive da Conferência Nacional de Assistência Social em 2001, onde passamos à noite inteira fazendo relatório. As propostas eram uma miscelânea, pois se juntavam três ou quatro propostas num texto único onde ninguém conseguia identificar-se na proposta. Apesar de fazer parte da Comissão Organizadora, eu achei muito lindo e emocionante que todas as plenárias foram respeitadas. Quer dizer, tudo que foi aprovado nas pré-conferências foi respeitado e aprovado. Então, eu não vi em outro lugar, eu não participei de outro evento em que as pré-conferências passaram direto para a estadual e nacional para serem votadas. O que é do município ser revisto no município. Se houve um mérito na metodologia - e que não se mude para as próximas - é este respeito para quem foi participar da comunidade, já que muitos não puderam ir por causa do tempo, mas o que se decidiu na pré-conferência foi respeitado. Eu figuei emocionada em relação a isso. Apesar de fazer parte da Comissão, eu poderia dizer que estava puxando a brasa para o meu assado. Mas eu peço que o Conselho lembre de, na próxima Conferência, exigir este respeito que foi dado agui. Obrigada pela atenção. O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional do Serviço Social): Eu também quero parabenizar pela organização. Acho que foi muito bem organizado. A Comissão toda está de parabéns. Acho que não tivemos grandes discussões, grandes debates na Conferência. Mas, como disse o Humberto, nós crescemos na democracia. Não podemos esquecer que houve uma moção aprovada pelo plenário questionando a metodologia e colocando que houve um engessamento do debate, que não houve debate na Conferência Municipal de Saúde. Penso que isso deve nos servir para que possamos fazer um estudo. Estamos avaliando isso também. Pois volto a dizer, foi aprovada uma moção meritória. As pessoas que estavam lá são pessoas que queriam discutir e queriam questionar. Acho que temos também, dentro deste processo democrático, que dar uma avaliada nisso. Ontem tivemos o Seminário, o secretário até participou, lá na Assembléia, sobre pessoas com deficiência. No final, eu acho que o Secretário não estava mais, houve uma manifestação da plenária dizendo que a Conferência estava muito boa, mas que houve um engessamento do debate, ou seja, repercutiu aquela moção. Então, temos que dar uma avaliada nesta metodologia: foi isso mesmo, não foi isso. Acho que não podemos restringir as pessoas. Por isso, é importante que se analise esta questão em outro momento. A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde): É exatamente para falar sobre isso que o Terres falou há pouco que eu me inscrevi. A sensação que se tem, ou pelo menos que eu tenho, é de que foi uma coisa muito boa, muito importante, que foi bastante participativa, porque nunca tivemos tantas pessoas inscritas participando. Acho que esta questão que o Héverson colocou aconteceu. Não sei o quanto aconteceu, mas tenho a impressão de que aconteceu, ou seja, aquilo que escapou numa pré-conferência e se era importante não escapou na outra. Houve propostas, que eu sei que foram para o relatório final, que não tiveram grandes votos na pré-conferência, também na Conferência não tiveram; mas outras tiveram, enfim. Então, acho que nós realmente precisamos fazer uma avaliação da metodologia. Já combinamos na reunião de segunda-feira na Comissão Organizadora que cada subcomissão vai fazer um relatório da sua parte. Portanto, a Comissão de Metodologia e Relatoria vai fazer uma avaliação, um estudo mesmo sobre isso. O que apareceu de propostas que, por exemplo, ficaram eventualmente fora? Um espaço coletivo de discussão final antes dos painéis talvez tivesse sido interessante. Talvez tivesse sido interessante termos feito um fechamento do relatório antes de ir para os murais. Não tivemos tempo. Até tivemos vontade de ter feito isso, mas não fizemos. Penso que esta avaliação tem que ser feita agora. Eu tenho a impressão, como o Héverson colocou, de que não escaparam das propostas importantes. Tudo o que era importante, no sentido de ter tido votações expressivas nas comunidades, foi contemplado no relatório da Conferência Municipal, que não é aquele, especificamente, que foi consolidado, ele é maior do que aquilo. Porque

307 308

309

310

311 312

313

314315

316

317

318

319

320

321 322

323

324

325

326327

328

329

330

331

332

333334

335

336

337338

339

340

341

342

343

344

345 346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

tudo que foi aprovado nas pré-conferências, como a Joana disse, faz parte do Relatório Final da Conferência Municipal. A SRA. LÍSIA HAUSEN GABE (Sindicato dos Farmacêuticos): Eu quero agradecer em meu nome e até da minha entidade, acho que até pelo Terres também, porque penso que foi o bom senso que teve a Comissão em relação àquele processo da eleição dos delegados pelo uso da Resolução 333. Acho que foi uma lição para todos nós este evento que aconteceu. O SR. FLÁVIO BECCO (Conselho Distrital Eixo Baltazar): Eu quero dar os parabéns ao Conselho Municipal e a todos nós, bem como à parceria da Secretaria Municipal, pelo evento. Acho que foi muito bom o evento. Eu estava lendo em casa o relato final da 10ª Conferência e estava vendo ali que há algumas coisas, algumas diretrizes, que hoje estamos discutindo, que já se discutiram anteriormente. Acho que teríamos que levantar algumas questões. Então, como é que vamos acompanhar as diretrizes e as ações que foram destacadas na Conferência? Como é que vamos acompanhar e garantir que as coisas cheguem lá na ponta, lá no final? Fica a sugestão de o Conselho criar uma comissão para acompanhar estas questões. Parabéns a todos. O SR. GABRIEL ANTÔNIO VIGNE (Conselho Distrital de Saúde Noroeste): Eu observei que cada eixo não tem o mesmo reconhecimento nas votações. Como sugestão, não sei se serve ou não, mas forçar as pessoas a votarem em todos os eixos, não somente em um eixo, colocar cores diferentes no voto e identificar cada eixo naquela cor, distribuir a sua votação e não colocar apenas em um. Acho que isso seria bem mais útil. Obrigado. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): Eu quero fazer um pequeno comentário sobre a metodologia. Na Conferência de Saúde Ambiental foi assim, foi por cores e eram menos votos. Este método eu aprovei. Na Saúde Ambiental funcionou direitinho. Lá eram menos votos e era por cor. Sobre a Conferência, quero dizer que me senti orgulhoso de ter participado, porque, apesar das diferenças que acho que temos, estava muito bom. Se eu fosse organizar a Conferência, ela seria melhor que esta. Mas, como não posso organizar sozinho, não ia dar. (Risos.) Temos as nossas diferenças, às vezes nos incomodamos com alguém, mas isso faz parte da divergência que, na verdade, é para nós olharmos para frente. Então, eu me senti muito orgulhoso de ter participado de todo este processo. Portanto, realmente valeu a pena e só tem a acrescentar a nós todos. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Já participei de várias conferências municipais de saúde e acho que esta foi um momento muito rico, todo o momento de construção até chegar o dia da Conferência lá na PUC. Desde o início, o Conselho Municipal e a Secretaria Municipal de Saúde se reuniram, chamaram a conferência e montaram uma Comissão Organizadora. Eu vou dizer a vocês que esta Comissão Organizadora trabalhou muito. Tanto o Conselho, quanto a Secretaria de Saúde, trabalharam de uma forma muito intensa. Víamos, diariamente as pessoas buscando fazer o melhor que podiam para ter uma conferência para ter o nível que eu acredito que ela teve. É claro que sempre temos que aprender. Realmente houve uma crítica à metodologia que temos que reavaliar. Acho que as pessoas sentiram falta de um momento de discussão lá na Conferência. Agora, por outro lado, penso que foi emocionante desde as pré-conferências. Quem participou de todas viu que foram momentos extremamente ricos e com propostas. Cada pré-conferência teve uma característica, um pouquinho diferente da outra, mas ela teve muitas propostas. E como a Heloísa disse, algumas propostas não aparecem numa, mas apareceram noutra. Então, foram momentos muito ricos e, quando se chegou à Conferência, todas as pessoas que participaram tinham um conhecimento absoluto sobre o que estavam discutindo lá. Então, talvez tenha faltado este momento de discussão final na Conferência Municipal de Saúde que precisamos reavaliar. Mas em relação à moção, penso que ela não deveria ter entrado como moção. Porque fizemos uma Conferência que fez uma moção contra nós mesmos. Porque, quem aprovou a metodologia? Quem aprovou a metodologia foi o

358 359

360

361 362

363

364

365

366 367

368

369

370

371

372373

374375

376

377378

379

380

381

382 383

384 385

386

387

388 389

390

391 392

393

394 395

396

397

398

399

400

401

402 403

404

405

406

407

Conselho Municipal de Saúde. Quem é que está aqui dentro do Conselho? Os usuários, os trabalhadores, os gestores e prestadores de serviço. Então, nós, destes segmentos, aprovamos a metodologia. E aí, lá na Conferência, há uma moção de repúdio a esta metodologia. E os segmentos que estavam lá são os mesmos que estão aqui. Nós, que somos gestores, estamos acostumados a receber críticas. Se alguém me perguntar se eu gostei da moção, eu vou dizer que não gostei. Mas não por mim. Eu não gostei pelo esforço de todas as pessoas que trabalharam na Conferência para organizá-la e pelo esforço nas pré-conferências em que haviam pessoas dos locais, das regiões trabalhando com muita vontade. Por isso, creio que aquela moção, para as pessoas que trabalharam e se dedicaram, como os usuários, poderia ser em vez de moção, uma proposta de melhoria da metodologia. Não foi por mim, porque o gestor está acostumado a ser criticado, mas penso que não precisava aquela moção, entretanto ela ocorreu. Ocorreu, foi votada, foi vencedora, foi aprovada, e nós temos que respeitar isso. Agora precisamos avaliar. Acho que todo mundo concorda que a Conferência foi excelente. Existe uma moção de repúdio à metodologia. Como disse a Heloísa, temos que avaliar humildemente esta metodologia e tentar melhorar para a próxima Conferência. Mas eu quero dizer que saí bastante orgulhoso do Conselho Municipal de Saúde, porque o gestor faz parte do Conselho, das pessoas que participaram da gestão, do Gabinete, das Coordenações, das Gerências Distritais, das comunidades. Com relação aos números que o conselheiro colocou, posso dizer que queríamos valorizar a participação do usuário, porque a pré-conferência está mais próxima e mais fácil para ele participar. E o segmento que mais diminuiu da préconferência para a Conferência, não estou falando em números proporcionais, estou falando em números absolutos, em números absolutos foi o segmento dos usuários. Então, de alguma maneira, nas pré-conferências se valorizam os usuários. Acho que faltou, para mim. Temos que admitir isso, pela moção e pelas manifestações, um momento de discussão que podemos prever para a próxima conferência. Na préconferência estiveram 440 usuários, 640 trabalhadores e 160 gestores. O segmento que menos diminuiu nas pré-conferências foi o dos gestores. Havia 160 para participarem como delegados, participaram 111. No segmento de trabalhadores havia 640 nas préconferências e ficou em torno de 440. E dos usuários, de 440 passou para 250. Então, houve uma diminuição mais significativa dos usuários na Conferência. Mas, de qualquer maneira, tanto nas pré-conferências como na Conferência, houve a presença maciça de todos os segmentos. Eu, particularmente, achei a Conferência fantástica. Temos que avaliar as críticas que ouvimos, aprender e tentar melhorar para a próxima Conferência. A SRA. NEUZA HEINZELMANN (Comissão Municipal da Comunicação, DST/AIDS e Saúde da Mulher): Como também fiz parte da Comissão Organizadora, quero apenas fazer um último comentário. Participei também da Comissão Organizadora de algumas outras conferências, inclusive da de 2007, em que precisamos de três momentos, fora o dia da conferência, para conseguir fechar o famigerado relatório. Quem participou se lembra disso. Não podemos nos esquecer nunca disso e ver como foi diferente viver o processo que vivemos agora. Se há algumas adaptações para serem feitas na metodologia, tudo bem, mas jamais poderemos pensar em voltar atrás, àquela última conferência, porque foi um horror. Eu quero dizer que, se conseguimos fazer o que conseguimos com esta Conferência, foi porque houve parceria. E parceria entre gestor e sociedade civil. Parceria mesmo! Cada um que estava na Comissão Organizadora sabe o quanto custou para darmos conta de tudo aquilo. Quantas noites de sono perdemos para fazer o melhor possível. Se não consequimos contentar a todos, devo dizer que houve um cara lá que não consequiu e nós não somos diferentes. O SR. HUMBERTO SCORZA (Usuário da Glória): Quero fazer uma proposta. Acho que é um momento de celebração também. Estamos fazendo a avaliação. Como não trabalhamos para nós em nossos passamentos, as atas do Conselho já foram e serão olhadas e lidas para algum trabalho.

409

410

411 412

413

414

415 416

417

418

419

420

421

422

423

424

425 426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438 439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

Penso que temos que registrar na ata de hoje, não sei se o termo seria moção, mas uma aprovação deste Conselho à Comissão que organizou e também à própria Conferência. Vocês podem achar que seja gozado, mas eu acho que não. Porque nós temos a memória. Eu, certamente, muito mais rápido que vocês não vou estar mais aqui, mas acontece que os que virão depois terão que ver o que foi registrado aqui. Então, eu proponho que a plenária se manifeste com uma salva de palmas aprovando como foi conduzida desde a pré-conferência até a Conferência final e também a Comissão que se organizou, ok? Obrigado. (Palmas.) O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): Ótimo. Agora eu convido a Camila Giugliani para apresentar os determinantes da saúde. Os conselheiros receberam no envelope o material. A SRA. CAMILA GIUGLIANI (Representante do Movimento pela Saúde dos Povos): Boa-noite. Quero agradecer, primeiramente, aos integrantes desse Conselho por ter nos concedidos este espaço para podermos compartilhar com vocês de uma maneira um pouco mais oficial algumas ações do Movimento pela Saúde dos Povos que tem muito a ver com o Conselho Municipal de Saúde. Apesar de às vezes parecer que não tem a ver, porque são coisas que já entram no âmbito internacional, global da saúde, mas tem muito a ver com o que fazemos aqui na nossa Cidade. Preparamos - vocês devem ter no envelope - por escrito o material com o símbolo do Movimento Pela Saúde dos Povos. Preparei este informe escrito para não me enrolar muito e não roubar muito tempo da plenária. Peço a gentileza de que vocês pequem o informe para poderem acompanhar agora. Eu vou lê-lo agora junto com vocês, pois foi feito especialmente para isso. (Lê.) (Após a leitura). Então, estamos colocando representantes do Conselho nesta lista para, porque é uma tentativa do Movimento pela Saúde dos Povos no sentido de pressionar a OMS para consequir esse espaço de participação da sociedade civil. Por incrível que pareça, mesmo sendo uma conferência mundial, pouca gente está sabendo da realização, justamente porque ela tem esse formato fechado, destinada apenas a convidados. Por fim, quero dizer que cada vez mais nos convencemos que a ação do dia-a-dia, a ação em nível local, o trabalho que fazemos nesse Conselho, que cada um de nós faz na sua comunidade importa muito, e aos poucos vai chegando nesse nível que consideramos muito distante, que é o nível da Organização Mundial de Saúde. Tudo que acontece lá passa por aqui, porque quem nos representa na OMS é o Ministério da Saúde e através dos conselhos nós influenciamos as posições assumidas no Ministério da Saúde. Eu estava presente na última assembleia, em Genebra, e isso fica muito claro. É muito importante trabalharmos a partir daqui, e o Movimento pela Saúde dos Povos tem essa missão, de fazer a conexão entre o que acontece no nível local, onde fazemos o nosso trabalho, e esses momentos de decisão que são mais internacionais e que, depois, vão impactar a nossa vida no dia-a-dia. Para terminar, uma das experiências que estamos tentando levar para essa conferência, se conseguirmos o espaço para tanto, é o projeto Ação Comunitária pela Saúde. Vários conselheiros nos contaram suas histórias de mobilização, como a Encarnación, o Paulo, o Humberto, a Letícia, o Heverson, o Vieira, de várias pessoas, e queremos levar essas experiências como um estudo de caso de participação comunitária na saúde. Se der certo vai ser muito bom, porque é outra forma de se levar experiências locais para um evento, para um momento global. Esse assunto está muito fechado e desejamos trocar mais ideias ao longo do tempo, para que ele não figue tão fechado como está. Obrigada. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): Alguém tem algum questionamento para a Camila? (A Conselheira Encarnación, fora do microfone, solicita a disponibilidade do material para que todos possam tomar conhecimento e poderem participar). A SRA. CAMILA GIUGLIANI (Representante do Movimento pela Saúde dos Povos): Para que vocês tenham uma ideia: o documento que foi colocado para consulta pública estava escrito somente em inglês, e dessa forma é claro que muita gente da América Latina, de outros países, não puderam participar dessa consulta pública. Na última semana foi que eles disponibilizaram

460 461

462 463

464

465

466

467

468 469

470

471

472

473

474

475

476 477

478

479

480

481

482

483 484

485

486 487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501 502

503

504

505

506

507

508

509

em português, e agora ele está sendo revisto, porque recebeu críticas e vamos verificar o 511 512 quanto eles estão levando em conta essas críticas. Mas, sem problemas, podemos compartilhar os documentos, e também a resposta que o Movimento preparou, com a 513 514 participação de diversas organizações, que é um documento muito interessante. (O 515 Conselheiro Alberto Moura Terres, fora do microfone, diz que é importante a participação 516 do Fórum de Entidades em Defesa do SUS nesse diálogo com o Movimento pela Saúde dos Povos). O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): Agradecemos a Camila, a Denise. 517 Passamos ao nosso ponto da pauta que diz respeito à Adesão ao Pacto Pela Saúde. O 518 Sr. Secretário fará a introdução e depois a Heloísa se manifesta a respeito do parecer que 519 foi emitido. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): 520 521 O pacto pela saúde do Estado do Rio Grande do Sul, como um todo em algum momento havia tomado a decisão que considero não ser a mais adequada, de não assinar o pacto. 522 523 Estivemos refletindo sobre isso, e concordo também que o presidente da ASSEDISA, o 524 Arilson, não deixou bem claro os motivos pelos quais não se aderiu ao pacto antes. Mas, a 525 própria ASSEDISA, hoje, tem pensamento diferente, que é o de realmente fazer a adesão. 526 Consideramos isso importante para a evolução dos sistemas de saúde dos municípios e estamos fazendo a adesão ao pacto. Preenchemos toda documentação que o Ministério 527 528 exige, e estamos passando para esse Conselho para que, aprovado, possamos 529 encaminhar para as demais instâncias para que ele chegue até o Ministério da Saúde. O 530 SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): A Heloísa vai apresentar o parecer. A SRA. HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do CMS): Vou ler o parecer. (Lê parecer) 531 532 Parecer 05/2011: O presente parecer é referente ao expediente nº 1.020788.11.8, que 533 trata do processo de adesão ao Pacto pela Saúde do município de Porto Alegre. A documentação apresentada é constituída de:- Termo de Compromisso de Gestão 534 Municipal;- Anexo II – Declaração da CIB de Comando Único do Sistema pelo Gestor 535 Municipal;- Anexo III – Termo Limite Financeiro Global do Município;- Ata nº 23 do 536 Conselho Municipal de Saúde com a aprovação do Plano Municipal de Saúde. O Pacto 537 pela Saúde, instituído pela Portaria GM 399/2006, substituiu o que estabeleceu a NOAS 538 2002, no que se refere às responsabilidades dos gestores das três esferas de governo. 539 540 uma vez que o SUS é um sistema com gestão tripartite. Neste sentido, o município de Porto Alegre, que já havia assumido a Gestão Plena do Sistema de Saúde, assina um 541 Termo de Compromisso de Gestão onde reafirma seus compromissos de ter o Comando 542 543 Único do SUS no âmbito do município. Cabe salientar que o formulário relativo a este 544 Termo de Compromisso de Gestão, elaborado pelo Ministério da Saúde, é genérico, não 545 avaliando qualitativamente os aspectos da gestão, na medida em que as únicas opções de resposta são: "realiza", "não realiza ainda" ou "não se aplica", não apurando o grau ou 546 condições em que os municípios realizam ou não os seus compromissos. Outro aspecto a 547 salientar é que o documento que deverá servir de base para o acompanhamento e 548 549 avaliação das metas pactuadas é o Plano Municipal de Saúde com suas Programações Anuais de Saúde e os Relatórios de Gestão. Em relação ao Anexo I, que trata da 550 551 autorização para que os recursos referentes ao teto financeiro contratualizado dos 552 hospitais federais (HCPA e GHC), sejam pagos diretamente aos mesmos, também fica mantida situação que já é realizada atualmente. Conclusão: O processo de adesão está 553 554 em conformidade com as diretrizes estabelecidas, não sendo assumido pelo município encargos ou compromissos alheios aos previstos no Plano Municipal de Saúde, sendo que 555 556 esta adesão é uma possibilidade de acesso a novos recursos e programas federais, e 557 coloca o município em condições de participar de forma plena das próximas etapas de pactuação, a partir do que determina o Decreto 7508, de 28 de junho último. É o parecer. 558 559 Ass.: Heloisa Alencar, Assessoria Técnica do CMS e Maria Letícia de Oliveira Garcia, 560 Coordenadora do CMS. Porto Alegre, 7 de julho de 2011. O SR. **OSCAR PANIZ** 561 (Coordenador): Alguém deseja esclarecimento? (Pausa). O SR. HEVERSON VILLAR DA

CUNHA (CDS Restinga): Sei que a coisa é complicada mas temos de tomar uma decisão. Esse é o segundo parecer que vem sem passar pela SETEC. Se a SETEC não está se reunindo, não está tendo tempo, devemos achar um tempo para fazer as coisas. Confio na senhora, mas faz parte do processo. Outra coisa, termo de compromisso da gestão: eu estive dando uma olhadinha naquele negócio, fala em pacto de gestão, pacto pela vida e pacto de gestão em saúde. É uma coisa só, major, mas não é dividido, tem uma parte de cada um lá, e aqui estamos discutindo só o pacto ... (Fora do microfone a Sra. Heloísa Alencar diz que são as duas coisas)... são as duas coisas, então ta. Outra coisa, termo de compromisso de gestão municipal. É o Município assinando com o Estado e o Estado assinando com a União, ou agora é somente o Município com o Estado? É o Município com o Estado, então tá. O anexo II do termo: declaração da CIB de comando único do sistema pelo gestor municipal. Alguém já viu isso aqui, o modelo alguma vez aqui? Eu nunca v i. E eu perguntei lá se dá autorização para o gestor tirar a unidade de saúde de Porto Alegre e mandar para outro município, e alguém me respondeu que não. Então, temos de detalhar ali essa declaração da CIB. Eu já ouvi falar em CIB. Estou tentando aprender o que é, o que faz e em que instância isso está, até porque figuei preocupado com algumas notícias que chegaram aqui. O termo de limite financeiro global do município, são os 79 milhões que sobraram do último relatório, ou são os 537 milhões que estão lá na conta do fundo? Não sei quanto é que é: são os 79 ou os 537 milhões? "O Conselho Municipal de Saúde com a aprovação do Plano Municipal de Saúde". Vejam bem o que vou ler para vocês: (Lê) "Foi exposto ainda que nenhum das postulações da CIB elencadas estão contempladas no Plano Municipal de Saúde 2010/2013". E eu disse: podemos dar um voto de confiança, mas o plano tem de votar aqui porque temos de ajustar algumas coisas, e a Administração Municipal pretende seguir as metas do Plano que foi construído com a comunidade. Isso faz parte da ata do Ministério Público, na ação que a Restinga está fazendo contra a Prefeitura e contra o Hospital Moinhos de Vento. Olhem bem: não fizemos o trabalho de casa e ainda somos onerados mais adiante. Lembro que a professora lone disse aqui: "vocês estão discutindo a cidade". E nós colocamos lá: "queremos posto de saúde para a Restinga, queremos CAPs para a Restinga, queremos SAE na Restinga". Mas, quando foi para o Plano "não, é só a construção de novas unidades especializadas". Ficou no amplo. E agora tenho de novamente dar um voto de confiança ao Secretário e, em contrapartida, no Ministério Público, não tenho voto de confianca. As pessoas que foram para lá dizem que eu não fiz o trabalho de casa, e o trabalho de casa foi feito, está aqui ele, foram cinco reuniões para discutir o Plano Municipal de Saúde. Acho que devemos discutir um pouquinho mais, aprender um pouquinho melhor e alguém tem que apresentar mais dados para nós. Obrigado. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): Mais algum guestionamento? (Pausa.) A Heloísa vai falar sobre a tramitação na SETEC. A SRA. HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do CMS): Na verdade, respondendo ao Heverson, o nosso Regimento Interno fala que os fluxos dos documentos dentro do Conselho são definidos pelo Núcleo de Coordenação. Quando o documento chega é recebido pela Secretaria Executiva, e vai para o Núcleo de Coordenação, que distribui as tarefas. A SETEC, e aqui estão alguns companheiros que fazem parte da SETEC, tem, hoje, dez ou doze membros e temos feito reuniões extraordinárias que já viraram ordinárias, de tantas que temos feito. E nem sempre temos conseguido quorum para fazer as discussões. Temos os relatórios de gestão, e todos chegaram atrasados no ano passado, e vocês sabem que ainda nem vimos o relatório anual de 2010, e já recebemos o relatório de 2011. Temos ainda a programação anual de saúde de 2011. E cada documento desses tem umas trezentas páginas. Então, a SETEC está com muito trabalho, e quando chega um documento desse tipo, que precisa de uma resposta, de uma análise mais rápida, o Núcleo de Coordenação lança mão da Assessoria Técnica, que faz trabalho extra, hora-extra, serão quase, para

562

563

564565

566

567

568569

570571

572

573

574

575

576577

578

579

580

581

582

583

584

585

586 587

588 589

590591

592

593

594

595

596

597

598599

600 601

602

603

604 605

606

607

608

609

610

dar conta de inúmeros pareceres. Há parecer inclusive para o Conselho de Saúde da Criança e do Adolescente, que vem pedir opinião para nós, e a SETEC não pode nem olhar para essas questões, porque não tem tempo para fazer, as pessoas não estão conseguindo dar conta. Isso é exatamente assim. E a última questão que quero explicar para o Heverson é que a CIB, quando fala "comando único", essa declaração é simplesmente um documento declarando que o município tal tem um comando único. É isso, é uma frase, é um parágrafo. E "comando único" que dizer que dentro de Porto Alegre nem o gestor estadual e nem o gestor federal contratam ou negocia com qualquer gestor de saúde que não seja o Secretário do Município. Isso quer dizer "comando único". Nenhum contrato para SUS é feito em Porto Alegre que não seja pelo Secretário Municipal de Saúde. Esse é o conceito de comando único. Não quer dizer aquilo a que tu estavas se referindo, Heverson. O que tu estavas referindo é uma outra coisa, se a CIB decidiu não sei o que é outro problema. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): Secretário Casartelli O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): Tenho um pouco de dificuldade para entender o posicionamento do Conselheiro Heverson, até porque no início da reunião dessa plenária ele defendeu a assinatura do pacto pela saúde. O que tem para ser preenchido é o que foi preenchido, e isso vem da União. Gostemos ou não fizemos uma avaliação no núcleo do Conselho e consideramos que os documentos são muito ruins. Mas, quem construiu os documentos não fomos nós. Devemos decidir se Porto Alegre entra ou não no pacto. Ou decidimos que não, porque o Ministério tem um conjunto de documentos que são inadequados – e vamos pagar o preço por essa decisão -, ou vamos a Brasília discutir com o Ministro Padilha, dizendo que os documentos são ruins, porque eles são ruins. Mas, não nos resta outra alternativa a não ser preencher os documentos que devem ser preenchidos, mesmo sendo ruins. Fizemos isso de acordo com critérios que o Ministério da Saúde solicita para fazer o pacto. Outras colocações feitas pelo Conselheiro Heverson também não entendi, porque nenhum município tem autonomia para mandar uma unidade de um local para outro, só quem pode decidir sobre isso é o Governo do Estado. Mas, por outro lado, como "para bom entendedor meia palavra basta", o Conselheiro Heverson deve estar se referindo a uma história que vem ocorrendo há bastante tempo, e que diz que o município de Porto Alegre abriu mão de uma das suas UPAs. Digo que o município de Porto Alegre não abriu mão de nenhuma das suas UPAs. Desde o início o município de Porto Alegre disse que iria construir quatro novas UPAs, e o município de Porto Alegre irá construir quatro novas UPAs. O Secretário Ciro, em determinado momento, até porque não tínhamos, como ainda não temos, os outros terrenos para construção, porque as duas primeiras UPAs do Estado deveriam ser construídas em Porto Alegre, então o Secretário Ciro solicitou que a primeira ficasse em Porto Alegre, e já tínhamos o terreno estabelecido, para as outras temos os locais mas não temos o direito de uso dos terrenos ainda – um está em desapropriação e o outro pertence ao patrimônio da União, e já estivemos na União solicitando a permissão de uso desse terreno -, e não havia porquê não concordarmos com o Secretário Ciro. Então, ficou combinado que a primeira UPA seria construída em Porto Alegre, a segunda e terceira seriam para o interior, e a quarta teria ordem de início para Porto Alegre. Apenas foram invertidas as ordens de início, até porque se fosse dada ordem de início para Porto Alegre onde é que vamos mandar construí-la, se ainda não temos os terrenos legalizados? Então, foi até mesmo favorável para Porto Alegre que sejam mandadas a segunda e terceira UPAs para o interior e tragam-se a quarta e quinta para Porto Alegre. Definidos os locais, abrimos o diálogo com a União, para que o terreno que pertence ao 5.º COMAR seja repassado para Porto Alegre, e estamos desapropriando um terreno para a construção de uma das UPAs. A guarta, que é na zona Sul, tem terreno mais ou menos definido, mas temos de entrar em acordo com o proprietário para vermos se ele realmente vai doar, conforme foi dito por algumas pessoas que ele fará a doação do terreno, ou se

613

614

615

616

617

618

619

620 621

622

623

624

625

626

627 628

629

630

631

632 633

634

635

636

637 638

639

640

641

642

643 644

645 646

647

648

649

650

651 652

653

654

655 656

657 658

659

660

661

teremos de desapropriar. Então, o que aconteceu foi apenas a troca da ordem de construção das UPAs. Ninguém cedeu nenhuma UPA. Pelo contrário, pretendemos reivindicar uma quinta UPA, que, na verdade, é uma UPA substitutiva para a Lomba do Pinheiro para, depois, transformarmos em um centro de especialidades, com CAPs, com uma unidade de saúde da família, e outros equipamentos que agora não estou lembrado quais seriam. Não entendi mas acho que o Conselheiro Heverson estava se referindo a esse fato. Então, houve uma inversão na ordem de construção, e não se mandou nenhuma UPA para fora de Porto Alegre. (Conselheiro não identificado, fora do microfone, indaga sobre se terá de esperar a construção de todas as UPAs para depois iniciar a UPA Humaitá/Navegantes). É que são guatro UPAs. Duas serão construídas pelo Governo do Estado. Se o terreno da Humaitá/Navegantes for desapropriado primeiro, a primeira UPA de Porto Alegre será construída lá. Se o terreno for liberado para a construção da segunda UPA do Estado, amanhã, o Estado poderá, na quarta indicação de construção, ou terceira, indicar para cá. As duas poderão começar juntas. E há duas UPAs a serem construídas por Porto Alegre, e como uma construção independe da outra as duas poderão começar quase que imediatamente, desde que se desapropriem os terrenos. No momento em que o terreno da Navegantes estiver desapropriado o nosso pessoal da Assessoria de Projetos (ASSEPRO), que já está trabalhando com o conceito de UPA para Porto Alegre, que deverá ser um pouco diferente do projeto do Estado, porque a do projeto do Estado tem 1.400 metros quadrados, onde tivemos de fazer alguns ajustes, porque o banheiro, por exemplo, para pessoas portadoras de necessidades especiais (PPDs) não tem as dimensões necessárias, e fizemos uma reunião para fazer essa alteração, e também outras adaptações tiveram de ser feitas porque não obedecia-se a RDC 50, e tivemos também uma reunião ainda hoje com o Governo do Estado, porque a UPA já está em construção, a terraplanagem terminou e tem a questão do radil, porque essa UPA é feita em cima de um radil, que deve estar terminando a construção nessa semana, e até amanhã vamos mandar para o Estado, para a empresa, as modificações que o Ministério da Saúde sugeriu, que nós sugerimos e que a RDC 50 determina. Estamos fazendo essas modificações e enviando para todas as instâncias do Estado e para a construtora a fim de que sejam feitas as modificações necessárias. A nossa UPA será um pouco diferente, o nosso corredor, por exemplo, será um pouco maior, e o pessoal já está trabalhando no projeto da UPA de Porto Alegre. É o projeto arquitetônico, que deve ser relativamente rápido de ser feito, porque o pessoal já sabe o caminho, e os projetos complementares serão contratados para uma empresa fazer os serviços complementares. Assim que o terreno estiver desapropriado, ele está em fase de desapropriação, poderemos começar antes da segunda a ser feita pelo Estado, ou juntamente com a construção da segunda do Estado. E ainda temos a UPA da zona Sul, que tem de ser feita ainda a definição do terreno, mas que está praticamente definido, dentro daquilo que já fizemos a demonstração aqui no Conselho. É isso. (Fora do microfone o Conselheiro Heverson indaga sobre o Anexo 3, que fala em recursos financeiros). A SRA. HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do CMS): Vou explicar: na semana passada estive em um curso em Ivoti, porque fui convidado pelo Conselho de Saúde para falar algumas coisas sobre o pacto, e esse documento tem um nome que é ruim, porque fala em "limite na verdade não é limite nenhum, é um descritivo, escolhe-se um determinado mês, aleatoriamente, onde foram recebidas todas as receitas a que se tem direito de receber do financeiro estadual e do financeiro federal. Por exemplo: pega-se o mês de março e coloca-se na planilha todos os recursos que entraram naquele mês, transferidos do programa do PSF, do programa da farmácia, etc., soma-se tudo e o resultado é o limite do município. É isso. É um documento para constar o histórico do município do mês de receita cheia. É isso que é esse documento, e é isso que o Município fez. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): Mais algum esclarecimento? (Silêncio na plenária). Está em

664

665 666

667

668 669

670

671

672 673

674

675

676

677

678 679

680

681

682

683

684

685

686

687 688

689

690

691

692

693

694

695 696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708 709

710

711

712

votação o processo de adesão ao pacto pela saúde. Os (as) Conselheiros (as) que forem a favor se manifestem levantando o crachá. (Pausa.) 28 votos a favor. Conselheiros (as) contrários se manifestem levantando o crachá. (Pausa). Nenhum voto contrário. Abstenções? (Pausa.) Nenhuma abstenção. Está APROVADO. Temos ainda que encaminhar o roteiro de informações para relatórios trimestrais de gestão e relatório anual de gestão. Esse material foi entregue numa plenária anterior e precisamos apenas encaminhara para aprovação para que seja feita a minuta de resolução. A Heloísa vai explicar do que se trata. A SRA. HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do CMS): Esse é outro assunto "velho", digamos. Em 2006 fizemos uma minuta de resolução, que foi discutida com a Secretaria, que nunca veio para cá porque, na verdade, naquela época a Secretaria não fechou opinião sobre a proposta de minuta de resolução, que é o seguinte: devemos definir o formato, o conteúdo do relatório de gestão, para que toda vez não seja uma coisa diferente, como o próprio Secretário Casartelli certa vez se referiu, de que não gostava mas que havia herdado o modelo de relatório. Então, é isso, é para a construção de um modelo que consideramos ser um modelo adequado. A SETEC se debruçou sobre esse assunto durante quatro, cinco, não sei quantas reuniões, juntamente com a assessoria de planejamento, com o pessoal do financeiro, e esse documento com a proposta foi para o envelope de todos os conselheiros e conselheiras - não lembro agora o dia, numa plenária do mês de maio, ou abril, e era para voltar para a plenária deliberar, e a proposta é para que fosse feito isso hoje. Na mensagem que a Joana enviou a todos lembrando sobre a reunião falava sobre esse assunto. Não sei se todos leram e sentem-se aptos para votar, mas temos de resolver esse problema. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): Podemos colocar em votação a proposta a que se refere a Heloísa? A SRA. MÔNICA LEYSER (Sindicato dos Enfermeiros): Só complementando o que a Heloísa falou, de que é um assunto "velho": na avaliação que fizemos é somente uma sugestão de inclusão de um serviço importante que a Secretaria realiza, e não encontramos ele contemplado aqui, no que são os relatórios dos comitês de mortalidade, que é um trabalho que é feito sobre quantos foram os óbitos, quantos foram investigados, a conclusão a que se chegou, em mortalidade materna e mortalidade infantil. Pelo menos no relatório anual, que é ao menos para contemplar um trabalho legal que é feito. É uma sugestão. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): Acho importante a sugestão, é quanto ao relatório de casos investigados, porque, na realidade, temos uma coisa esquisita, mas que é assim, porque no final de 2011 vamos apresentar os óbitos ocorridos em 2010, porque os de 2011 irão fechar lá por setembro, mas quanto ao relatório do que foi investigado dá para apresentar. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): Mais algum esclarecimento? (Pausa.) Podemos votar com o acolhimento da sugestão da Mônica? (Pausa.) Em votação a minuta de resolução sobre o formato e conteúdos dos relatórios de gestão. Os (as) Conselheiros (as) que forem a favor se manifestem levantando o crachá. (Pausa.) 26 votos a favor. Os (as) Conselheiros (as) contrários se manifestem levantando o crachá. (Pausa). Nenhum voto contrário. Abstenções? (Pausa.) Uma (01) abstenção. Está APROVADO. A matéria referente ao Hospital Parque Belém, uma vez que não está presente o seu representante, fica para a próxima vez. Há na reunião desta noite uma pauta sobre a atualização da prestação de contas da municipalização solidária, que é feita semestralmente, e o Sr. Secretário solicitou que fosse retirado da pauta a apresentação. O Conselheiro Heverson deseja se manifestar. O SR. HEVERSON VILLAR DA CUNHA (CDS Restinga): Aproveitando esse ponto da pauta sobre a municipalização quero fazer um encaminhamento, no sentido de que daqui a quinze dias a Secretaria paute nesse Conselho a prestação de contas, para não deixarmos em aberto, até porque tem muita comunidade sem posto de saúde. O SR. OSCAR PANIZ (Coordenador): A ideia é justamente apresentar na próxima reunião. (A

715

716

717 718

719

720

721

722

723 724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745746

747

748

749

750751

752

753 754

755

756 757

758

759

760

761 762

763

Conselheira Maria Encarnación, fora do microfone, solicita que os Conselheiros recebam antes as informações, para que possam analisar.) Heloísa. A SRA. HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do CMS): É que são duas coisas diferentes, que embora "parentes" não são as mesmas pessoas. Uma coisa é a prestação de contas da dotação do vínculo orçamentário da municipalização solidária, que tem um plano de aplicação e que a Secretaria tem que dizer quanto executou, em que executou, o que não executou. E tem outra coisa, onde fizemos uma resolução antiga, lá de 2009, onde a cada semestre vamos atualizar a planilha de demandas. Vários conselhos distritais encaminharam novas inclusões na planilha nesse semestre e ela tem de ser atualizada. Então, nessa reunião, devemos também ter um tempo para apresentar a vocês a planilha atualizada. Isso até dá para mandar antes, por e-mail, para quem quiser, ou podem buscar aqui uma cópia os Conselheiros, porque ela está pronta, e está no computador. Mas, a prestação de contas daquele recurso é a Secretaria que tem de fazer. O SR. HEVERSON VILLAR DA CUNHA (CDS Restinga): Acho que não podemos misturar os assuntos. Queremos é ver os 20 milhões da municipalização, onde é que foram ou não foram aplicados. Tem mais o recurso do município resolve, mas não vou esquentar a cabeça quanto ao município resolve porque não demandei nada para a nossa região no município resolve, mas quanto à municipalização a Prefeitura de Porto Alegre recebeu os vinte milhões. Tem portaria, tem tudo escrito lá, tudo direitinho, e tinha de ter um plano de aplicação. E o plano de aplicação foi aprovado aqui, e esse Conselho não pode tomar outra decisão, para não passar por ser um conselho reacionário. Aqueles planinhos "A", "B", "C" e "D" - lembram que eu comentava esses planinhos "A", "B", "C" e "D"? - geraram esse litígio. Fizemos um ofício do Conselho, o 010 - e pedi para a Letícia naquele dia e agora estou pedindo para ti, Oscar – e naquele ofício há seis distritos de saúde que não receberam os seus postos da municipalização. Tem dinheiro quardado, está rendendo juros, é usado para outras coisas e queremos a aplicação desse dinheiro naquilo que foi decidido. (Fora do microfone a Sra. Heloísa Alencar indaga se o Conselho não vai obedecer a resolução de votar a cada semestre a planilha). Doutora: a planilha dos vazios envolve três ou quatro programas diferentes. Quanto a essa podemos fazer uma reunião específica. O que estamos falando é que hoje a Secretaria solicitou que não fosse feita a apresentação sobre a municipalização solidária. É isso que queremos. Queremos a municipalização. O Partenon tem cinco equipes de PSF que não viu nenhum rastro até agora. Eu tenho três postos, não vi nenhum rastro até agora, nem satisfação dão direito. Falo da municipalização. Quanto à planilha dos vazios, nós podemos atualizar ela mais tarde. A SRA. HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do CMS): Quero encaminhar no sentido de que a planilha seja feita de acordo como sugeri. Encaminhamos por e-mail aos Conselheiros e na plenária aprovamos, porque ela precisa ser aprovada para se tornar oficial. É somente isso. O SR. **HEVERSON VILLAR DA CUNHA (CDS Restinga):** Apenas discordo quanto a ser vinte milhões. Há outros recursos, mas na municipalização não são vinte milhões. (Manifestação, fora do microfone, indagando sobre o ofício do IMESF.) O ofício do IMFESF já está encaminhado. Vamos combinar no Núcleo de Coordenação quando é que ele volta para a pauta. Nada mais havendo a tratar declaro encerrados os trabalhos. (Às 20h30min.).

## MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA

**OSCAR RISSIERI PANIZ** 

Coordenadora do Conselho CMS/POA

Vice Coordenador CMS/POA

811812813

766

767

768769

770 771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782 783

784

785

786

787 788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804 805

806

807 808

809

810

Ata aprovada na reunião plenária do dia 25/08/2011